## Governo de Minas vende 59 imóveis

## Qua 25 novembro

A <u>Minas Gerais Participações S.A. (MGi)</u> — empresa do <u>Governo de Minas Gerais</u>, vinculada à <u>Secretaria de Estado de Fazenda</u> — abriu mais um edital de concorrência pública para alienação de bens de não uso. No total estão à venda 59 imóveis cujos preços variam de R\$ 8.000 a R\$ 10.620.000, localizados nos estados de Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro.

Os editais com descrição das unidades, valores de oferta mínimos, localizações exatas de cada um, bem como fotos e informações adicionais sobre os imóveis estão no site <a href="www.mgileiloes.com.br">www.mgileiloes.com.br</a>. A equipe também está disponível pelo e-mail vendas@mgipart.com.br ou via ligação e WhatsApp: (31) 99990-1127.

"Serão vendidas grandes áreas, com mais de 20 mil metros quadrados, apartamentos, casas, lotes, vagas de garagens, chácara e salas comerciais. Participar é simples; basta enviar a documentação pessoal, o comprovante de depósito da caução e a proposta preenchida no prazo, conforme descrito no edital", explica o diretor-presidente da MGi, Weverton Vilas Boas.

## Prazos

As entregas das propostas já começaram e seguem até 14/12 para a concorrência 004/2020, e até 15/12 para a concorrência 003/2020, ambas com encerramento às 17h. Os interessados devem reunir a documentação requerida nos editais, fazer o depósito caução no valor indicado e preencher a proposta.

As fichas devem ser encaminhadas pelos Correios para o endereço da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves (rodovia Papa João Paulo II, 4001 — Prédio Gerais — 4º andar — bairro Serra Verde, Belo Horizonte - MG — CEP 31.630-901) ou entregues pessoalmente no setor de protocolo do prédio Gerais.

As propostas serão abertas nos dias 16 e 17/12, às 10h. Quem oferecer o maior valor pelo imóvel será o arrematante e o pagamento poderá ser feito em até 60 dias. A devolução da caução aos interessados vencidos ou desclassificados, sem qualquer acréscimo, será realizada no prazo máximo de até cinco dias úteis contados a partir da homologação da licitação.